



## FINANÇAS E MERCADOS FINANCEIROS

### O setor bancário no Brasil: transformações recentes, rentabilidade e contribuições à atividade econômica

João Basílio Pereima Neto\*

Rafael Camargo de Pauli\*\*

**RESUMO** – Há, atualmente, uma baixa eficiência de intermediação financeira no Brasil, fruto de uma estrutura bancária altamente concentrada, com alto poder de fixação de preços (*spreads* e tarifas). As diferenças de rentabilidade entre os setores produtivo e financeiro e a concentração da intermediação em segmentos específicos de mercado refletem essa ineficiência. As modestas taxas de crédito às pessoas jurídicas reforçam a idéia de que os bancos são avessos ao risco, o que leva à discriminação da oferta de crédito em direção ao crédito ao consumo em detrimento ao financiamento do investimento privado. Para que o crescimento não seja desacelerado, é necessário criar meios de reduzir o risco de financiamento das atividades produtivas.

Palavras-Chave: Eficiência de intermediação financeira. Margem de intermediação. Crescimento econômico. Taxa de Juros. Concentração Bancária.

## 1 INTRODUÇÃO

O setor bancário brasileiro tem passado por grandes mudanças desde a década de 1960 e, principalmente, desde o início da década de 1990. Elas envolvem inovações em produtos, práticas de gestão e governança, estratégias de mercado, regras de formação de preços de serviços e operações (*spreads*), gestão de ativos e passivos, fusões e aquisições e entrada de bancos estrangeiros.

Neste processo, duas transformações se destacam. Uma é a transformação da atividade bancária em prestadora de serviços e facilidades para clientes, como o pagamento de contas por débito automático e operações via *internet*, por exemplo. A outra é a especialização e o fortalecimento da atividade de intermediação financeira entre poupadores e tomadores no segmento de crédito de curto prazo.

---

\* Doutorando em Desenvolvimento Econômico e professor do Departamento de Economia da UFPR. Endereço eletrônico: [joabasiliop@yahoo.com.br](mailto:joabasiliop@yahoo.com.br).

\*\* Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Endereço eletrônico: [rafaelcdp@gmail.com](mailto:rafaelcdp@gmail.com).

Não obstante, o setor bancário enquanto agente intermediador, essencial para o crescimento econômico, não tem se apresentado eficiente sob determinados aspectos. Isto se configura na elevada taxa média de lucro do setor relativamente à indústria, serviços e agropecuária.

Nas próximas seções, serão apresentados alguns dados e argumentos sobre as transformações que deram origem a situação atual do setor bancário brasileiro. A seção dois apresenta uma descrição das mudanças em uma abordagem institucional, envolvendo desregulamentação, mudança no perfil operacional, fusões e aquisições etc. Na seção três, avaliamos a rentabilidade global do setor bancário, comparando-a com as demais atividades ligadas aos setores reais da indústria, serviços e agropecuária. Na seção quatro tratamos da contribuição do setor bancário enquanto agente intermediador, através de operações de captação e aplicação e sua efetiva contribuição ao crescimento da economia brasileira.

## **2 TRANSFORMAÇÕES DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

A estrutura atual do sistema financeiro e em particular o setor bancário brasileiro originou-se na grande reforma financeira de 1964, quando se constituiu o mercado de capitais e criou-se a figura do Banco Central. Além disso, diversos mecanismos de captação e aplicação de recursos por parte de bancos públicos e privados foram aperfeiçoados, consolidando o mercado de bancos, hoje chamados de bancos de varejo. O sistema como um todo passou por três alterações fundamentais no marco institucional-legal desde então.

A primeira delas é a própria reforma bancária de 1964-66 que teve como principal objetivo “estimular a poupança privada em um ambiente inflacionário, no contexto de uma política gradualista de combate à inflação, e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de financiamento não-inflacionário para o déficit do governo” .(DE PAULA, 1998, p. 3)

A estrutura proposta originalmente por esta reforma, implementou um sistema financeiro que mistura as três classificações de Zysman (1983): a.) modelo de financiamento sem intermediação, baseado em mercado de capitais; b.) modelo de intermediação baseado em crédito público, via operações de empréstimos; e c.) modelo de intermediação privado. A estrutura do sistema financeiro combina os três elementos da tipologia de Zysman de um modo peculiar, diferenciando o país de outros modelos como o alemão, asiático e o americano. O sistema financeiro brasileiro combina: (i) um mercado de capitais relativamente robusto, (ii) um sistema de crédito privado baseado em bancos comerciais orientado a financiar o consumo de curto prazo de pessoas físicas e o capital de giro para pessoas jurídicas

e (iii) um sistema de crédito público concentrado no BNDES orientando a financiar investimentos de longo prazo através da Agência FINAME, e por operações que se executam via mercado de capitais, através do BNDES-Participações S.A..

De modo geral, as necessidades de curto prazo são atendidas por bancos privados de varejo e as necessidades de longo prazo pelo mercado de capitais ou pelo sistema de crédito público. Estas particularidades do sistema financeiro brasileiro se intensificaram recentemente por conta da especialização do segmento bancário brasileiro em nichos de mercados de pessoas físicas e segmentos corporativos (pequenas, médias e grandes empresas) através dos chamados bancos de varejo. Entretanto, mesmo no atendimento às médias e grandes empresas, a participação do segmento bancário no financiamento de longo prazo para ampliação da produção é pequena. Esta tarefa é substituída pelo mercado de capitais ou pelo crédito público. O papel desempenhado pelos bancos de investimento está praticamente nas mãos do Estado, como agente financiador da produção.

A segunda grande alteração no sistema bancário brasileiro foi a reforma de 1988, que permitiu a criação de bancos múltiplos. Isto veio a formalizar o modo de operação já adotado por muitas das organizações bancárias do país. Seu objetivo era o de “racionalizar o sistema financeiro e reduzir os seus custos operacionais” gerando “um *funding* mais estável para os bancos, através da fusão das diversas instituições existentes em uma única instituição, com personalidade jurídica única” (DE PAULA, 1998, p. 5).

A reforma de 1988 coincide com reformulações do sistema financeiro internacional implementadas pelos países que compõem o G-10, através da adoção de práticas de regulação bancária determinadas nos Acordos de Basiléia.

As crises das dívidas externas de diversos países em desenvolvimento ao longo dos anos 80 fora atribuída, entre outros fatores, ao excesso de endividamento que estariam oportunisticamente aproveitando as facilidades concedidas pelas instituições financeiras internacionais privadas. Os bancos, com passivos expostos por operações arriscadas e vultosas tiveram que enfrentar sucessivos pedidos de default. Na tentativa de monitorar o sistema bancário e financeiro, os Acordos de Basiléia estipularam critérios de classificação de riscos operacionais e de crédito e limitaram a alavancagem de operações ao estipular que o

patrimônio líquido dos bancos fosse de pelo menos 8% do total dos ativos, mais as operações “fora-do-balanço” (*off-balance-sheet*)<sup>38</sup>.

Nos anos 90, novas versões dos Acordos de Basiléia determinaram que os bancos passassem a calcular diversos indicadores de risco, nas mais diversas modalidades operacionais. Mas em função dos custos de implementação, a avaliação de risco operacional e de mercado tem ficado a cargo de agências externas de *rating*. A tabela 1 abaixo mostra a evolução recente do Índice de Basiléia do setor bancário brasileiro, que está acima do mínimo exigido no acordo e acima do mínimo de 11% determinado internamente pelo Banco Central.

TABELA 1 – ÍNDICE DE BASILÉIA DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

	2002	2003	2004	2005	2006
Patrimônio Líquido - em R\$ bilhões <sup>(1)</sup>	107,1	121,1	137,6	153,2	185,9
Índice de Basiléia - em % <sup>(2)</sup>	17,7	20,1	20,2	19,1	19,6

FONTE: Bacen-COSIF e FEBRABAN.

Nota: (1) Inclui bancos comerciais, múltiplos, de investimento, de investimento e desenvolvimento, caixas econômicas e exclui instituições financeiras não bancárias e cooperativas de crédito.

(2) Média ponderada dos 50 maiores bancos.

Por fim, a terceira alteração significativa do sistema bancário brasileiro ocorreu em um ambiente de instabilidade financeira internacional, que teve seu ápice em 1995 com a crise Mexicana e foi potencializada com a estabilização dos preços promovida pelo plano Real, fazendo com que a participação do setor financeiro no PIB passasse de 15,6% em 1993 para 6,9% em 1995 (CARVALHO, 2002).

A estabilização de preços pôs fim a um modelo de operação dos bancos no Brasil. O sistema bancário, segundo De Paula (1998, p. 9),

desenvolia suas atividades nos segmentos de curto prazo do mercado financeiro e direcionava seus recursos basicamente para o financiamento do setor público, em detrimento da oferta de crédito ao setor privado. Os títulos públicos se constituíram, assim, na base dos elevados lucros bancários, seja na intermediação do dinheiro financeiro (moeda indexada), seja na absorção da “transferência inflacionária” (mais conhecido como os ganhos com o *float*), assegurando aos bancos ao mesmo tempo liquidez e rentabilidade em seus negócios.

<sup>38</sup> A atual crise financeira oriunda do segmento de crédito sub-prime nos EUA, deflagrada em agosto de 2007, além das implicações para o crescimento da econômica, também revela o fracasso do sistema de Basiléia em servir como referência para ações de supervisão e monitoramento por parte das autoridades monetárias. A crise contribuirá, no futuro próximo, para uma grande revisão do atual regime de regulação e monitoramento, que deverá certamente, ocupar uma parte significativa das agendas das instituições e governos. A existência, simplesmente, de um sistema de indicadores pré-acordados e de agências privadas de classificação de riscos não é suficiente para estabilidade do sistema financeiro, como esta crise tem demonstrado.

Com o fim dos ganhos bancários atrelados à hiperinflação e em meio a uma onda de empréstimos em atraso e em liquidação, o temor de uma crise sistêmica levou o governo a instaurar em 1995 o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), com a finalidade de recuperar instituições financeiras em risco de insolvência. As medidas promoviam, sobretudo, o aumento da concentração bancária, o aumento de garantias aos credores dos bancos e a entrada de bancos estrangeiros. O resultado principal foi a onda de fusões e aquisições (F&As) de bancos de pequeno porte e públicos por bancos privados de maior porte, nacionais e estrangeiros. Destaca-se que, ao contrário de outros países emergentes, os bancos nacionais reagiram à entrada de bancos estrangeiros com vigor, liderando o processo de F&As. A tendência de redução do número de bancos ocorrida nos anos 90, por conta da privatização e abertura, continuou nos primeiros anos da década de 2000. O processo de fusão ainda tem sido liderado por bancos nacionais, como pode ser observado na tabela 2, pela redução do número de bancos privados estrangeiros.

TABELA 2 – NÚMERO DE BANCOS NO BRASIL

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Número de bancos	182	167	165	164	161	159
Privados nacionais com e sem participação estrangeira	95	87	88	88	84	85
Privados estrangeiros e com controle estrangeiro	72	65	62	62	63	61
Públicos federais e estaduais	15	15	15	14	14	13

FONTE: BACEN.

O processo de aquisições no sistema bancário ainda persiste em função dos ganhos de escala associados à atividade financeira. Com isto a concentração bancária tende a aumentar, impedindo que fatores microeconômicos atuem de modo a aumentar a eficiência da intermediação financeira no país.

### 3 RENTABILIDADE DO SETOR BANCÁRIO E OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A rentabilidade obtida atualmente pelos bancos provém de duas grandes fontes: tarifas por serviços prestados e *spreads* decorrentes da atividade de intermediação. Os *spreads* são a diferença entre os juros dos empréstimos concedidos pelos bancos e os juros pagos por estes na captação de recursos. A comparação da rentabilidade do setor bancário com a rentabilidade dos setores produtivos, além de indicar o nível de eficiência da intermediação

financeira é um indicativo dos resultados dos bancos e de possíveis transferências de rendas entre o setor financeiro e o setor produtivo.

A contribuição sustentável do sistema financeiro ao crescimento econômico ocorre quando a taxa média de lucro financeira for menor que a taxa média das atividades produtivas, pois em termos contábeis, a intermediação não gera valor, apenas transfere valor captado pelos lucros do setor produtivo. Diferentemente da atividade bancária de prestação de serviços, baseada em cobrança de tarifas. Neste sentido, os *spreads* constituem-se em transferência de lucros. Quanto maior for o *spread*, maior será a margem de lucro e a transferência de renda intersetorial e menor será a eficiência da intermediação financeira em um determinado país. Dito de outra maneira, maiores serão os lucros dos bancos em relação aos lucros dos demais setores da economia.

O setor bancário brasileiro tem apresentado uma rentabilidade substancialmente superior àquelas registradas em setores produtivos nos últimos anos, sobretudo os grandes bancos comerciais, que apresentaram mudanças estruturais importantes, já referidas na seção anterior.

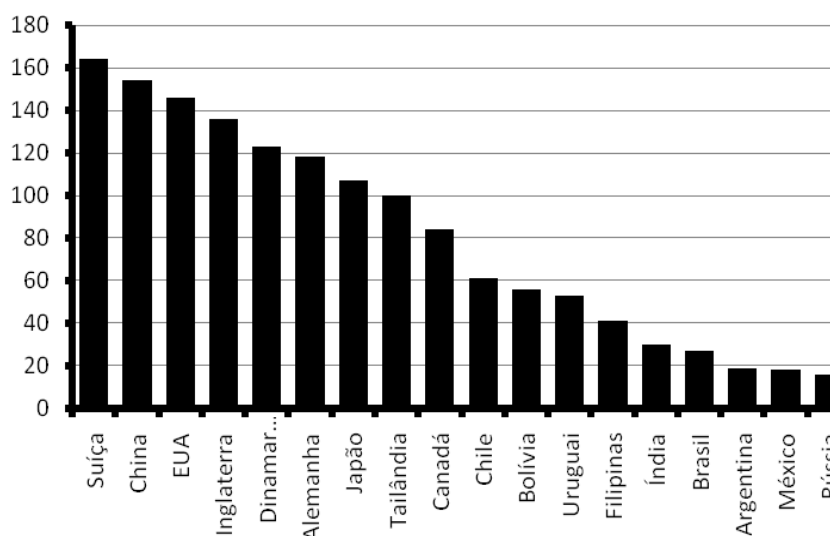
Alguns dos principais fatores que têm contribuído para a elevada margem de intermediação dos bancos são de ordem macroeconômica, com destaque para a taxa básica de juros. De Paula e Pires (2006, p. 177) argumentam que uma possível explicação para a elevada correlação positiva entre taxa de juros e *spread* bancário é a de que, “dada a existência de títulos indexados à Selic na carteira dos bancos [...] o custo de oportunidade de emprestar [...] tende a aumentar”, fazendo com que os bancos incorporem “um elevado prêmio de risco em seus empréstimos.”

Em outro estudo Da Silva, Oreiro e De Paula (2006, p. 217) mostraram que a inflação também apresentou uma correlação positiva estatisticamente significativa sobre o *spread* bancário no período de 1994 a 2005. Entretanto, segundo os próprios autores, esta variável não pode, atualmente, ser considerada relevante na determinação dos elevados *spreads* bancários ainda persistentes no Brasil. Por outro lado, no mesmo estudo, verificou-se que o *spread* possui um forte componente inercial no país, isto é, um valor elevado no período  $t$  influencia significativamente esta variável no período  $t+1$ , “puxando-a” para cima. Isto ajuda a explicar o porquê da persistência da margem de intermediação dos bancos em patamares elevados, frente às reduções das taxas de juros observadas nos últimos três anos.

Não obstante, estes fatores comprovam que há uma elevada ineficiência na intermediação financeira no Brasil. Isto se reflete na oferta de crédito, que tem se apresentado

baixa como proporção do PIB. Apesar da elevada percentagem do ativo do setor bancário brasileiro no total do Produto Interno Bruto (PIB), a relação crédito-PIB é muito menor que aquela que seria ideal para os setores produtivos. Apesar do aumento desta relação nos últimos cinco anos no Brasil, atingindo 34,3% em dezembro de 2007, ela é muito menor do que em vários outros países, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE CRÉDITO SOBRE O PIB NO MUNDO - 2004



FONTE: *National Bureau of Economic Research*.

Embora as operações de intermediação como proporção do PIB sejam reduzidas no Brasil, o mesmo não acontece com a rentabilidade do setor bancário. A Comparação da rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos cem maiores bancos contra as cem maiores empresas permite que se avalie a eficiência econômica do setor e a distribuição inter-setorial de renda.

Em 2006 as cem maiores empresas instaladas no Brasil, segundo patrimônio líquido, apresentaram em conjunto, uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 19%aa. Já os cem maiores bancos comerciais apresentaram conjuntamente 31%aa de lucro sobre o patrimônio líquido, sendo que este aumenta para 35%aa quando o cálculo é feito para os 50 maiores. Esta diferença pode ser explicada devido à grande concentração da atividade e do maior poder de mercado dos bancos de grande porte. A tabela abaixo mostra estes resultados. Observa-se que rentabilidade média e reduz significativamente com o acréscimo de mais bancos.



TABELA 3 – RENTABILIDADE DO PATR. LÍQUIDO (RPL) DOS CEM MAIORES BANCOS – 2006

Banco	RPL <sup>1</sup>	Banco	RPL <sup>1</sup>	Banco	RPL <sup>1</sup>	Banco	RPL <sup>1</sup>
ITAU	37,5	SS	28,6	INDUSTRIAL DO BRASIL	24,1	POTTENCIAL	45,1
BB	44,8	BIC	25,0	SCHAHIN	19,3	MORADA	18,4
BRADESCO	27,2	BESC	38,3	PROSPER	44,3	ARBI	26,2
CEF	40,0	DAYCOVAL	28,2	MERCANTIL DO BRASIL	6,8	RENNER	9,6
UNIBANCO	24,4	BRB	39,7	BVA	53,8	LA PROVINCIA	5,5
ABN AMRO	22,9	BMC	40,3	BGN	28,0	LEMON BANK	11,7
SANTANDER BANESPA	25,9	BNP PARIBAS	11,1	INDUSVAL	22,7	RABOBANK	1,5
VOTORANTIM	29,6	BARCLAYS	34,9	RENDIMENTO	32,0	KEB	14,5
PACTUAL	87,3	FIBRA	22,2	ING	6,3	BM&F	14,7
HSBC	28,7	BANESE	90,8	BANCOOB	26,5	BANCAP	12,7
SAFRA	28,2	BONSUCESSO	71,3	BASEMSA	33,2	KDB BRASIL	4,2
CREDIT SUISSE	86,3	DRESDNER	35,4	VR	19,4	LA REPUBLICA	7,0
NOSSA CAIXA	29,1	ABC-BRASIL	20,6	BCO JOHN DEERE	10,2	CR2	2,5
BANRISUL	40,3	PINE	26,2	BTMUB	7,1	CEDULA	0,7
BMG	36,4	FATOR	53,5	BANSICREDI	20,4	BCOMURUGUAI	-0,3
BNB	19,0	CRUZEIRO DO SUL	27,5	MÁXIMA	38,9	LUSO BRASILEIRO	-0,8
BBM	37,7	TRIANGULO	29,3	CREDIBEL	20,9	BANCNACION	-5,7
ALFA	18,6	OPPORTUNITY	45,2	BEPI	27,4	CARGILL	-6,7
CITIBANK	6,7	CACIQUE	19,5	GUANABARA	20,7	BNP BRASIL	-10,4
BASA	12,4	PARANA	47,7	BANIF	14,5	FICSA	-24,7
BANESTES	51,1	MORGAN STANLEY	12,1	GERDAU	31,6	CREDIT LYONNAIS	-3,5
JP MORGAN CHASE	13,6	SOFISA	18,9	PECUNIA	23,5	SOCIETE GENERALE	-17,0
CLASSICO	9,1	BRASCAN	17,5	SOCOPA	22,8	RURAL	-13,8
DEUTSCHE	36,2	MATONE	91,0	BANPARA	13,2	GE CAPITAL	-72,1
IBIBANK	40,3	WESTLB	19,0	RIBEIRAO PRETO	22,3	BANKBOSTON	-254,0
UBS WARBURG	60,7	MODAL	38,7	INTERCAP	11,8	SMBC	-157,1
Rentabilidade média <sup>2</sup>	34,4		35,1		31,1		19,6
Rentabilidade dos 100 maiores: 31,0							

FONTE: BACEN.

NOTA: Os bancos estão em ordem decrescente de acordo com o PL;

(1) RPL = Lucro Líquido/PL. Rentabilidade em %aa;

(2) A 4ª, 6ª e 8ª colunas apresentam os percentuais acumulados de todos os bancos imediatamente acima.

As cem maiores empresas, por sua vez, apresentam taxas de lucros mais modestas. Como se vê na tabela 4 abaixo, a rentabilidade destas atingiu 19%aa. Estes percentuais mostram que, ao contrário dos bancos, o porte não é garantia de maior lucratividade. Há um aumento no RPL à medida que as empresas de PL inferior a R\$ 3,5 bilhões são consideradas.

TABELA 4 – RENTABILIDADE S/ PATR. LÍQUIDO (RPL) DAS CEM MAIORES EMPRESAS - 2006

Empresa	RPL <sup>1</sup>	Empresa	RPL <sup>1</sup>	Empresa	RPL <sup>1</sup>	Empresa	RPL <sup>1</sup>
Petrobras	26,2	Suzano Papel e Celulose	11,3	Bunge Fertilizantes	1,7	Texaco	6,4
Gia. Vale do Rio Doce	34,4	Transmissão Paulista	3,1	AES Eletropaulo	17,0	Coelba	41,5
AmBev	14,6	Embasa	1,5	Duke Energy	4,0	Copesul	47,3
Furnas	2,8	Cosipa	21,0	Eletrosul	10,2	Perdigão	8,4
Telemar	13,5	Alunorte	18,0	Votorantim Metais Zinco	48,5	Celipa	6,2
Chesf	4,0	Gerdau Açominas	21,7	Whirlpool	18,9	Fosfértil	18,1
Telefônica São Paulo	26,5	Globo	17,2	Veracel	1,5	Queiroz Galvão	15,8
Usiminas	23,9	Copasa	10,9	Albrás	21,5	Queiroz Galvão	15,8
Sabesp	9,6	Gerdau Aços Longos	31,6	Copel Distribuição	16,9	Coamo	15,3
Ipiranga Distribuidora	1,9	MBR	81,5	Fiat Automóveis	47,7	Celecs	17,7
Vivo PR	10,2	Cemig Geração e Trans.	13,0	Souza Cruz	49,0	Ripasa	9,9
Oi	1,8	Tractebel Energia	35,4	Alberto Pasqualini - Refap	6,6	Rio Grande Energia	10,7
CST	14,8	Acesita	23,0	Ipiranga	20,8	BHP Billiton Metais	14,9
Petrobras Distribuidora	8,7	Alcoa	20,2	Dow Brasil	15,2	Unipar	8,0
CSN	18,8	Cimento Cauê	7,5	Ampla	13,0	Celpe	19,3
Brasil Telecom	7,8	Andrade Gutierrez	4,8	Odebrecht	7,6	Basf	2,4
Embraer	11,4	Copel Geração	33,9	CPFL Paulista	52,7	Eriasson	4,5
VCP	12,3	Sadia	15,4	Barra Mansa	42,9	Votorantim Metais Níquel	31,8
Aracruz Celulose	23,5	Klabin	19,2	Serveng Civilsan	6,1	Rossi Residencial	4,0
Pão de Açúcar	1,8	Votorantim Cimentos	1,7	White Martins	11,5	Guararapes	18,7
Belgo Siderurgia	29,4	Procter e Gamble do Brasil	4,5	Oxiteno	13,0	Elektro	47,3
Braskem	1,7	Correios	21,8	Duratex	16,0	Compesa	2,3
Eletronuclear	0,6	Cemig distribuição	32,7	TAM	37,1	Comgás	40,7
Casas Bahia	4,4	Sanepar	7,6	Semp Toshiba Amazonas	19,1	Transpetro	40,7
CBA	20,8	TIM Nordeste	3,4	Semp Toshiba Amazonas	19,1	Camargo Corrêa	4,0
Rentabilidade média <sup>2</sup>	13,0		15,8		17,4		16,6
Rentabilidade das 100 maiores: 19,0							

FONTE: IPIB.

NOTA: As empresas estão em ordem decrescente de acordo com o PL;

(1) RPL = Lucro Líquido/PL. Rentabilidade em %aa;

(2) A 4ª, 6ª e 8ª colunas apresentam os percentuais acumulados de todos os bancos imediatamente acima.

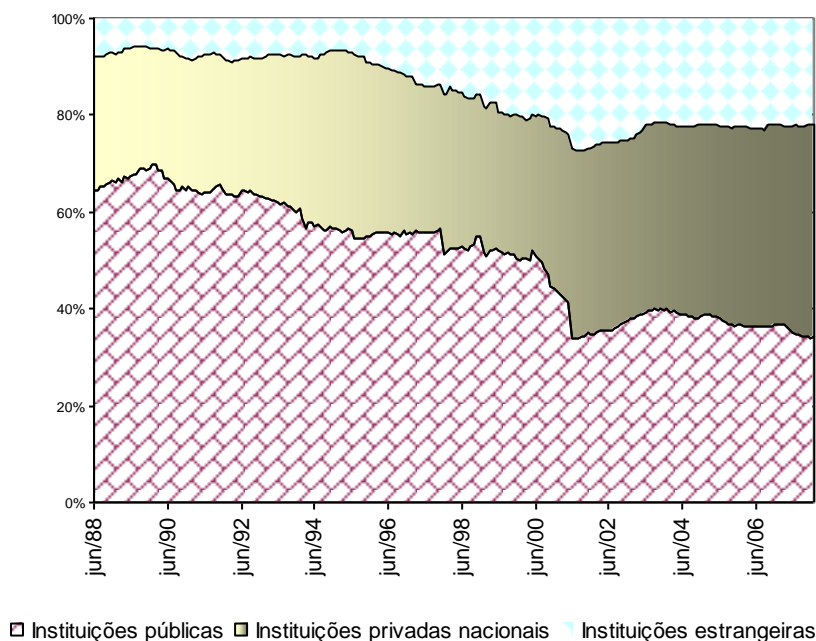


O hiato entre as lucratividades dos bancos e das empresas mostra que existiu uma relevante ineficiência na intermediação financeira no Brasil no ano de 2006. Acredita-se que isso se deve às taxas de juros ainda elevadas naquele ano e ao poder de mercado dos maiores bancos comerciais no país. Não obstante, ainda que a taxa de juros tenha se reduzido desde aquele ano, ela permanece alta e, como não há indicadores de mudanças estruturais relevantes no setor bancário, não há motivos para crer que a intermediação financeira tenha ganhado em eficiência recentemente.

#### 4 ATIVIDADE BANCÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

O já referido processo de F&As se refletiu na composição das operações de crédito do sistema financeiro, como mostra o gráfico a seguir. Observa-se que até 2001 o setor público teve sua participação substancialmente reduzida em lugar do aumento da participação das instituições de controle estrangeiro. Após aquele ano, no entanto, as instituições privadas nacionais reagiram e as estrangeiras sofreram uma leve retração.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO % do PIB - JUN/1988 – JAN/2008.



FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: Deflacionado pelo IGP-M (1994=100).

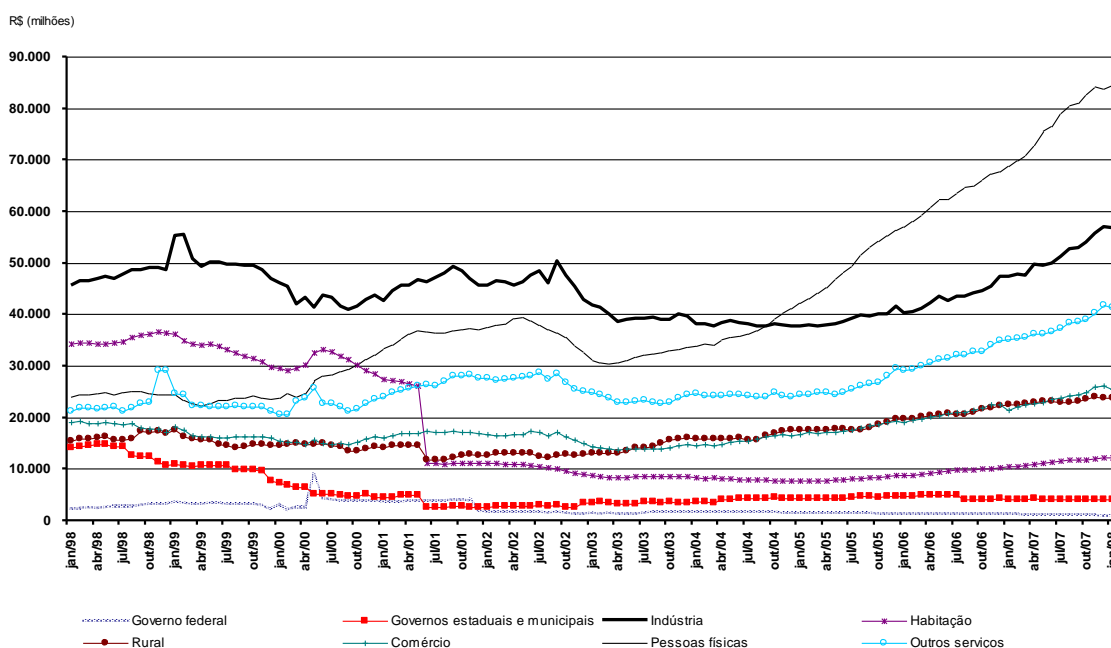
Contudo, apesar da reestruturação do sistema financeiro, o volume real de crédito caiu em valores absolutos até 2004, iniciando uma recuperação importante, somente a partir de meados daquele ano. De 2005 a 2007, observou-se um crescimento médio anual de 18% nas operações de crédito totais em valores reais, período que coincide com o de redução da taxa básica de juros e com maiores taxas de crescimento do PIB. Neste período, segundo fontes oficiais, a taxa Selic anual efetiva passou de 19,76 % (em julho de 2005) para 11,18 % (em dezembro de 2007) e o PIB real cresceu 3,16%, 3,75% e 5,42% em 2005, 2006 e 2007, respectivamente.

Ainda, segundo o banco central, nos últimos dois anos a redução da taxa de juros e a aceleração do crescimento da economia fizeram com que os bancos procurassem novas oportunidades de negócios, destacando-se o crédito imobiliário e o crédito de financiamento ao consumo. A população de menor renda passou a ser alvo do interesse dos bancos através de acordos operacionais destes com grandes redes de varejo (BACEN. 2007, p.108).

A expansão do crédito, no entanto, está ameaçada pela sinalização do Banco Central em aumentar a taxa de juros básica. Este aumento pode ocorrer, pois, além da instabilidade financeira internacional, o crescimento da economia não está sendo acompanhado pelo crescimento da produção, o que gera expectativas de alta na inflação para o ano de 2008. Com isso, pode-se supor que a expansão do crédito não esteja sendo canalizada de forma adequada para os setores produtivos, ao invés disso a expansão está se direcionando, em maior volume, para o consumo privado. Provavelmente isto está ocorrendo devido às reduções nas taxas de juros não terem sido suficientes a ponto de viabilizar financiamentos de empreendimentos produtivos, que apresentam maior risco.

Neste sentido, o gráfico 3 abaixo mostra a expansão do crédito por atividade econômica. Observa-se que a partir de 2005 o crédito destinado às pessoas físicas, ou seja, ao consumo, superou aquele destinado à indústria. O que pode ter impulsionado tal movimento foram as operações de crédito consignado, que apresentam, via de regra, taxas de juros e risco mais baixos. Já as atividades produtivas, por apresentarem riscos maiores, tiveram um crescimento menos acentuado, embora positivo. As operações de crédito destinadas ao comércio também sofreram crescimento real significativo. Esta atividade, no entanto, está sujeita ao crescimento do consumo e da indústria, atuando de forma complementar no crescimento da economia. Observa-se ainda que, embora o crédito para o setor industrial tenha apresentado expansão substancial a partir de 2005, seu volume é relativamente estável quando se observa a série completa.

GRÁFICO 3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO POR ATIVIDADE ECONÔMICA A PREÇOS CONSTANTES – JAN/1998 – JAN/2008



Fonte: BACEN.

Nota: Deflacionado pelo IGP-M (1994=100).

Os demais setores apresentaram crescimento real pouco relevante. No gráfico acima nas operações de crédito ao setor público não são incluídas as aquisições de títulos indexados à Selic.

Outra forma de analisar o fluxo das operações de crédito é através das modalidades pelas quais estes se apresentam. Dados do boletim mensal do Banco Central mostram que, para o crédito destinado à pessoas jurídicas, a modalidade capital de giro foi a que mais cresceu em valores absolutos reais (R\$ 40,68 bilhões) e a que apresentou a maior taxa de crescimento (72%) nos últimos 24 meses. Entretanto, o fato de esta modalidade necessitar de garantias por parte do tomador mostra que os bancos ainda não estão dispostos a assumir riscos mais elevados com atividades produtivas, embora o volume de crédito ofertado para pessoas jurídicas tenha aumentado em 71% desde janeiro de 2006.

A tabela 5 abaixo mostra a evolução das operações de crédito para pessoa jurídica, de acordo com suas modalidades entre janeiro de 2006 e dezembro de 2007. Observa-se que, além da modalidade capital de giro, a conta garantida se destaca. Esta, entretanto, é utilizada para as mesmas finalidades que a primeira, além disso, sua expansão desde o começo da série é pequena se comparada com o capital de giro.

A modalidade Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) também tem aumentado, mas se refere aos adiantamentos de operações de exportação já contratadas pelas empresas e, portanto, não financia aumento da capacidade produtiva, tendendo a apresentar um risco relativamente baixo, assim como as operações *Vendor* e Desconto de duplicatas. A aquisição de bens, por sua vez, é a modalidade que financia a compra de um determinado bem, sendo que este constitui a garantia da operação. Tal modalidade pode contribuir para a expansão da capacidade produtiva, mas seu peso no total do crédito às pessoas jurídicas é ainda reduzido relativamente às demais.

TABELA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO REFERENCIAIS PARA TAXA DE JUROS PARA PESSOA JURÍDICA POR MODALIDADE – 01/2006-12/2007.

Mês	R\$ milhões							
	Desconto de duplicatas	Capital de giro	Conta garantida	Aquisição de bens	<i>Vendor</i>	Outros	ACC	Repasses externos
jan/06	11.002,68	56.759,48	33.619,09	12.502,18	10.578,04	25.060,68	25.940,62	17.308,43
fev/06	11.511,22	58.101,50	34.690,12	12.936,15	11.030,92	25.608,99	25.751,63	16.646,54
mar/06	11.584,98	58.589,24	33.923,17	13.327,87	10.878,56	26.266,36	26.633,37	18.395,26
abr/06	11.980,96	59.281,73	35.529,71	13.470,39	10.851,15	27.365,05	27.860,04	19.060,43
mai/06	11.754,41	60.705,14	34.853,88	13.554,66	10.660,40	27.781,23	29.217,33	19.844,39
jun/06	11.875,25	61.624,42	35.914,17	13.634,96	11.172,20	28.540,98	27.622,51	18.398,83
jul/06	11.611,46	62.325,47	35.771,85	13.914,41	11.279,04	27.201,78	29.317,86	19.490,36
ago/06	11.853,01	62.066,70	34.885,35	14.544,83	11.136,03	27.291,56	27.958,81	18.943,22
set/06	12.316,66	63.552,74	35.122,65	14.743,48	11.180,34	27.928,24	27.465,18	20.513,95
out/06	12.317,45	65.039,53	35.450,57	14.657,14	11.395,61	27.133,73	27.770,39	20.820,54
nov/06	12.287,43	67.490,96	35.965,03	14.630,17	11.510,76	28.204,36	27.579,24	20.985,66
dez/06	12.943,75	73.072,57	35.402,61	14.537,40	11.178,39	29.340,76	27.166,23	20.525,00
jan/07	11.619,39	73.121,23	35.329,71	14.286,22	10.675,34	28.506,23	26.354,80	20.703,63
fev/07	11.655,86	73.978,51	37.027,15	14.323,60	10.883,88	28.627,05	26.489,29	20.968,22
mar/07	12.407,71	74.762,98	36.713,19	14.658,67	10.797,73	30.089,90	28.128,93	20.761,89
abr/07	12.464,87	74.997,31	37.632,29	15.093,19	10.646,78	30.729,70	32.393,41	21.457,86
mai/07	12.690,02	75.859,42	37.020,09	15.584,76	10.040,39	31.132,94	30.681,35	21.091,54
jun/07	12.928,38	78.434,40	38.182,59	16.283,37	9.395,50	32.071,34	28.003,40	22.157,20
jul/07	12.635,43	80.450,49	38.897,59	16.425,51	8.768,65	31.955,35	29.088,30	23.613,81
ago/07	12.658,79	82.786,02	37.489,31	16.511,75	8.825,50	31.241,55	31.122,72	25.596,12
set/07	12.934,29	85.599,17	38.207,32	16.765,83	9.201,56	31.861,33	30.227,69	24.609,63
out/07	12.895,43	87.984,06	37.839,28	16.878,04	9.726,41	32.480,58	31.083,44	23.824,85
nov/07	13.326,70	92.202,61	39.196,70	17.552,22	10.384,83	32.758,06	32.034,89	24.571,88
dez/07	13.742,55	97.442,84	39.141,15	17.934,39	10.967,96	33.751,51	30.850,69	24.887,25

Fonte: Relatório mensal do boletim do Banco Central.

Nota: Deflacionado pelo IGP-M (Dezembro de 2007 = 100).

Portanto, o que se pode concluir é que o aumento do consumo privado, motivado pela expansão do crédito, estimulou a aceleração do crescimento da economia nos últimos dois anos. Esta expansão se deve, em grande medida, às reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Banco Central desde 2005 e em maior escala pelo aumento da renda média do trabalhador e da massa de salários, especialmente nas classes C e D de renda.

Este processo de crescimento econômico puxado pela demanda, no entanto, parece estar se esgotando uma vez que os setores produtivos não têm acompanhado

proporcionalmente o incremento do consumo. Isto se deve, em parte, ao fato de as atividades produtivas envolverem maior risco, fazendo com que os bancos continuem dando preferência de crédito às pessoas físicas.

## CONCLUSÃO

O Brasil apresenta baixa eficiência da intermediação financeira, isto pode ser observado na grande diferença entre a rentabilidade do patrimônio líquido dos setores bancário (31%aa) e produtivo (19%aa). Dois fatores parecem estar atuando neste sentido. O primeiro é a elevada concentração bancária no país, que leva alguns bancos a possuir parcelas significativas dos mercados de captação e de crédito, concedendo-lhes grande poder de fixação de preços para prestação de serviços financeiros. Esta parece ser uma tendência mundial. O segundo é a elevada taxa básica de juros brasileira que, associada com as elevadas necessidades de financiamento do setor público retiram grande parte do crédito dos setores produtivos.

A ineficiência da intermediação financeira no país impede uma relação equilibrada entre setor financeiro e produtivo ao propiciar taxas elevadas de retorno nas atividades bancárias, canalizando lucros do setor produtivo e obstruindo o crescimento econômico.

Ainda, medidas que desonerem os setores produtivos podem ser viáveis para reduzir os riscos inerentes a estas atividades, aumentando o crédito à produção e, conseqüentemente, reduzindo as pressões inflacionárias do aumento do crédito ao consumo.

## REFERÊNCIAS

50 maiores bancos e o consolidado financeiro no Brasil. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>. Acesso em: 21/02/2008.

**Boletim do BC – Relatório mensal.** Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMEST>. Acesso em: 21/02/2008.

CARVALHO, F. J. C. C. **Sistema financeiro: setor bancário no Brasil.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/economia/sistfin/apresent/apresent.htm>. Acesso em: 25/02/2008.

DA SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L.; DE PAULA, L.; (2006). *Spread bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente.* IN: DE PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org). **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 191-220.

DE PAULA, L. F.; PIRES, M. C. C.; (2006). Determinantes macroeconômicos do spread bancário: uma análise preliminar para economias emergentes. IN: DE PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org).

**Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 171-190.

DE PAULA, L. F. **Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil.** Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho\\_dimensao\\_e\\_concentracao.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho_dimensao_e_concentracao.pdf)>. Acesso em: 25/02/2008.

FARIA, J. A.; DE PAULA, L. F.; MARINHO, A.; (2006). Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições. IN: DE PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org). **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 125-154.

Maiores Empresas. IPIB - Internet Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.ipib.com.br/>. Acesso em: 10/03/2008.

ZYSMAN, John; (1983). **Governments, markets and growth: financial system and politics of industrial change.** Ithaca, Cornell University Press.